

# Juros só caem em 99, diz Mendonça de Barros

*Para o secretário da Camex, governo precisa convencer o mercado de que vai ajustar suas contas*

LU AIKO OTTA

As taxas de juros só deverão começar a cair em 99. Foi o que afirmou o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, um dos estrategistas do programa de ajuste fiscal que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve anunciar no dia 20. Segundo o secretário, os juros só poderão entrar numa rota firme de redução quando o mercado for convencido de que o governo vai, de fato, ajustar suas contas e quando melhorar o fluxo de ingresso de recursos externos no País. "Será rápido", prometeu. Até lá, porém, o Brasil passará por um "momento difícil", com taxas baixas de crescimento.

A negociação de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na avaliação do secretário, colaborou para desanuviar o clima que pesava sobre o Brasil no mercado internacional. "Houve uma mudança muito clara de sentimento nos últimos seis dias", comentou. "A percepção de que o Brasil caminha adiante já se traduz nas linhas de financiamento comercial." Ele disse que, no auge da crise, esse tipo de empréstimo praticamente havia desaparecido. Na semana que passou, porém,

os bancos voltaram aos poucos a oferecê-la.

Essa é uma boa notícia, segundo o secretário, porque o País precisa voltar a receber recursos externos para deixar de perder reservas internacionais. E as linhas de financiamento serão tão mais baratas quanto melhor for a percepção sobre a capacidade do Brasil de honrar seus compromissos. "No fim, o mercado se auto-estimula", disse. "O importante não é só a retomada do crédito, mas também a retomada dos spreads a níveis mais consistentes com a qualidade de crédito que o Brasil representa."

Por isso, paralelamente, a equipe econômica do governo acelerou o ritmo da elaboração das medidas do ajuste fiscal. O compromisso acertado com o FMI foi de que o conjunto da administração pública (governo federal, Estados e municípios, além

das empresas estatais) fechará suas contas com um saldo positivo num valor equivalente a 2,5% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O objetivo do governo é mostrar, com as medidas, que o Brasil tem condições de ser um

bom pagador.

"A redução dos juros será tão rápida quanto possível, mas vai depender da reação objetiva do mercado com relação ao programa", comentou. "Esses dois movimentos (retomada do crédito externo e ajuste fiscal) permitem uma baixa, já a partir do começo do ano que vem, das taxas de juros a condições normais."

Até que o Banco Central possa re-



Mendonça de Barros: "Acordo indica que temos condições de financiamento adicional"

duzir os juros, porém, a economia brasileira passará por tempos difíceis, segundo admitiu o secretário. O primeiro semestre do ano, particularmente os três primeiros meses, será marcado por um ritmo baixo na atividade econômica. "Há um custo para a travessia: nós teremos um crescimento menor do que teríamos, não fosse a elevação da taxa de juros", admitiu. "Será um período difícil, porém rápido", prometeu.

A economia só deverá tomar algum fôlego a partir do segundo semestre, conforme avaliou Mendonça de Barros. "O ano que vem terá dois momentos distintos", disse. Por isso, ele não concorda com os prognósti-

cos de recessão em 99, traduzidos em projeções de taxas negativas de variação do PIB no próximo ano. "Não compro essas projeções de 2%, 3% negativos", afirmou.

O secretário acredita que já podem ser detectados, na economia brasileira, indícios de uma "base para o crescimento" que, em parte, compensarão os efeitos dos juros altos. Um deles é o crescimento, a uma média anual de 10%, nas quantidades de produtos exportados pelo

País. O movimento é mais forte no segmento de produtos manufaturados, o que é um indicador de qualidade da pauta exportadora, pois os preços desses produtos não variam tanto quanto os de produtos básicos e semimanufaturados.

A expansão das vendas externas, no entanto, não aparece nos resultados da balança comercial porque os preços internacionais, sobretudo o das commodities, caíram. Mendonça de Barros acredita, no entanto, que as cotações dessas mercadorias exportadas deverão "pelo menos parar

de cair" em 99, por causa do aumento da demanda por parte de Estados Unidos e Europa. Nesses países houve redução nas taxas de juros, o que tende a elevar o investimento e o consumo desses produtos. O secretário está otimista também com relação ao desempenho da safra agrícola, sobretudo com relação às exportações de café, cujo preço deverá subir em 99.

Um dos indicadores que mais animam a área econômica do governo, porém, é a manuten-

ção do ingresso de investimentos diretos, mesmo durante os períodos mais críticos da crise. "Estamos em meio a um ciclo de investimentos", afirmou. Ele lembrou que, mesmo nos períodos mais críticos da crise, não foi anunciando nenhum cancelamento de projetos. Além disso, lembrou, há uma grande quantidade de ingressos diretos de valores baixos. "São projetos de US\$ 1 milhão, US\$ 15 milhões, e não param de chegar", disse. "Cada um deles significa a decisão de um board, que provavelmente enviou um representante ao País e a avaliação foi positiva", observou.

A melhora da imagem externa do Brasil, porém, precisa ir além dos tênues sinais já detectados pelo secretário. Por isso, o governo procurou o aval do FMI para seu programa de ajuste. "O acordo não envolve só o FMI, mas mostra a avaliação da comunidade financeira internacional como um todo", disse. Indiretamente, o acordo significa um aval por parte de outras instituições, como o Banco Mundial e os Eximbanks.

"A importância do acordo é indicar com segurança que nós temos condições de financiamento adicionais àquelas dadas pelas nossas reservas", comentou. Além disso, segundo lembrou, o acordo respondeu a algumas angústias que rondavam o mercado financeiro internacional e reafirmou o modelo de política econômica adotado pelo governo brasileiro.

Do ponto de vista mais global, o acordo com o FMI representou um movimento preventivo que teve como meta afastar o risco de uma generalização dos efeitos da crise financeira.

**ACORDO  
SINALIZA  
SEGURANÇA,  
DIZ SECRETÁRIO**